

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano IV | 27 de julho de 2021 | Nº 121

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

PROIBIDO ADOECER NO SANTANDER!

Banco demite sem justa causa bancária adoecida em Santa Cruz do Rio Pardo, em plena pandemia

Uma bancária que trabalhava no Santander de Santa Cruz do Rio Pardo, desde 2016, e estava em tratamento psiquiátrico, foi demitida pelo banco no último dia 15.

Apesar do banco ter assumido um compromisso público em não demitir trabalhadores no período da pandemia de coronavírus, os desligamentos não cessaram.

Somente no ano passado, o Santander demitiu 3.220 funcionários. O banco encerrou o ano com 3.564 agências e pontos de atendimento, uma redução de 7,2% na estrutura em relação a 2019.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, é inaceitável que o banco coloque no olho da rua, em plena crise sanitária e econômica, uma trabalhadora que está com a saúde mental fragilizada. A entidade já está dando apoio jurídico à bancária e pretende realizar um protesto em Santa Cruz do Rio Pardo contra essa demissão.

Emissão da CAT

Quando não demite, o Santander aumenta os obstáculos para os trabalhadores adoecidos e acidentados conseguirem a emissão da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), documento indispensável para o pagamento de benefícios previdenciários e pedidos de indenização por parte do trabalhador.

Um desses empecilhos são as várias etapas e travas que o sistema do RH impõe.

Para solicitar análise da relação do acidente ou doença decorrente do trabalho, o bancário deverá selecionar a opção “atestado relacionado ao trabalho” no momento do cadastro do atestado. Caso não siga esse caminho e não opte pela emissão da CAT, o trabalhador não terá mais oportunidade de solicitar análise para o RH.

O trabalhador então terá de responder a um questionário que receberá em seu e-mail através de um link. O documento ficará disponível somente por 24 horas.

Acidentes de trabalho

Outra dificuldade enfrentada pelos bancários é que o RH somente investigará e analisará para fins previdenciários os casos de acidentes de trabalho (típico e trajeto) que forem informados ao banco até o 1º dia útil seguinte à data da ocorrência. Além disso, o banco não emite a CAT relativa a esses tipos de acidentes se ela não for solicitada no prazo de 24h após o ocorrido, medida seguida de acordo com os artigos 21 e 22 da Lei 8.213.

O Santander também tem convocado os bancários

afastados para realizarem exame de retorno antes da realização da perícia do INSS e antes do término do prazo de afastamento previsto no atestado médico.

Assistência médica

Atualmente, mesmo que os bancários afastados tenham atestado médico, o banco justifica o ponto e os coloca em licença sem remuneração. Há também casos em que os trabalhadores podem ficar sem complementação salarial - quando o benefício do INSS é igual ou maior que o salário do trabalhador; ou quando o afastamento é superior ao prazo de 24 meses previsto na CCT. Para piorar, o Santander passou a descontar o valor da assistência médica na conta corrente do trabalhador, gerando encargos e taxas caso o funcionário não tenha dinheiro na conta.

Para o **Sindicato**, essas atitudes do Santander são desumanas e absolutamente ilegais. Ao invés de respeitar e acolher seus trabalhadores adoecidos e acidentados, provocando danos ainda maiores na saúde deles. Basta de desrespeito!



“O QUE A GENTE PODE FAZER PARA CUIDAR MELHOR DE VOCÊ HOJE?”

SANTANDER



TE DEMITIR EM PLENA PANDEMIA



DIFICULTAR A EMISSÃO DA CAT



DESCONTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA NA CONTA CORRENTE DO AFASTADO

TRT-1 reintegra bancária do Santander demitida na pandemia de Covid-19

Atendendo a um mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, a desembargadora Mônica Batista Vieira Puglia, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), determinou a reintegração de uma bancária do Santander com base no compromisso público assumido pelo banco no sentido de não demitir trabalhadores no período da pandemia.

Em sua decisão, a desembargadora também levou em consideração o fato da bancária ser portadora de doença de fundo psiquiátrico em função do seu trabalho no banco, o que

foi comprovado por uma licença médica concedida pelo INSS.

Para a magistrada, a manifestação do Santander, de que não dispensaria empregados durante o período da pandemia, constituiu-se em obrigação contratual, independentemente do banco não ter traduzido isso em norma empresarial, em texto coletivo intersindical ou em acordo coletivo específico. Além disso, a desembargadora afirma que o fato de não se poder prever o término da pandemia “não justifica a demissão de trabalhadores no momento em que a sociedade brasileira amarga sua mais nefasta faceta”, conclui.

PROIBIDO

BANCÁRIO ADOECER



MPT emite parecer favorável à ação que restabelece gratificação aos caixas do BB de Bauru e região

O Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região – emitiu na tarde de quarta-feira (21), um parecer favorável à ação que proíbe o Banco do Brasil de retirar a gratificação de função dos antigos caixas executivos.

A procuradora do Trabalho Flávia Bornéo Funck concluiu que o BB deve cumprir imediatamente, “de modo retroativo e prospectivo” a decisão liminar que determina o retorno do pagamento de gratificação aos trabalhadores da base territorial do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

“Sobre o valor a ser pago deverá incidir a multa de 100% do valor da gratificação de caixa executivo por e para cada empregado prejudicado,

bem assim deverá ser comprovado pelo réu o cumprimento, no prazo de 10 dias”, declara a procuradora.

A liminar foi obtida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) em fevereiro, junto à 6ª Vara do Trabalho de Brasília. O **Sindicato** também ajuizou uma ação semelhante, mas teve o pedido de liminar negado pela 2ª Vara do Trabalho de Bauru. Por conta disso, a entidade solicitou que sua ação fosse reunida à da Contraf em Brasília, e o pedido foi aceito.

No parecer, o Ministério Público reafirma o que o **Sindicato** já vem defendendo após sua ação ser reunida à da Contraf. “Os institutos de conexão e litispendência são matérias de ordem pública,

não sendo prerrogativa das partes optar ou não por aceitá-las. A decisão está afeta ao Juízo visando à unidade da autoridade do poder judiciário, mitigando o risco de que haja decisões conflitantes sobre o mesmo tema já posto pelos mesmos autores (ou beneficiários, no caso da tutela coletiva) em face do mesmo réu”, afirma.

Petições

Até o momento, o Banco do Brasil ainda não depositou o pagamento da gratificação aos bancários da região de Bauru. No dia 21, o **Sindicato** fez uma nova petição judiciária para mostrar que a execução da liminar não foi cumprida e que o banco tinha ciência sobre a decisão de que a primeira ação da entidade foi



Protesto realizado no dia 10 de fevereiro na agência do Banco do Brasil localizada na rua Virgílio Malta, em Bauru. Por conta da reestruturação, a agência foi fechada no dia 29 de março.

reunida à da Contraf.

Após o parecer favorável do MPT, o **Sindicato** agora fará uma nova petição, para que o banco cumpra a liminar e volte a pagar a gratificação dos antigos caixas executivos.

A entidade ressalta a esses trabalhadores que está fazendo de tudo para que o BB

cumpra com o determinado, e não imaginava que o banco iria demorar tanto a acatar a liminar da ação coletiva.

O **Sindicato** também destaca que o seu Departamento Jurídico está à disposição dos bancários que optarem por entrar com uma ação individual sobre o caso, através do telefone: (14) 3102-7270.

Beneficência: Sindicato doa cestas básicas em Avaré

No dia 15, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** doou 10 cestas básicas à Associação Espírita O Bom Samaritano, em Avaré, que presta assistência a famílias em situação de vulnerabilidade social oferecendo-lhes cursos de capacitação profissional e palestras motivacionais, além de roupas infantis — tudo por meio de trabalho voluntário.

Roberval Pereira, diretor do **Sindicato** responsável pela subsele da entidade no município, fez a entrega das cestas à secretária executiva da associação, Leila Guazeli, à monitora Sônia Ferrer e ao bancário aposentado do Itaú e também voluntário na associação Pedro Lino.

A doação faz parte de uma iniciativa aprovada em assembleia realizada em 1º de junho, segundo a qual o **Sindicato** passaria a destinar R\$ 1,8 mil



Sônia Ferrer, Roberval Pereira (diretor do Sindicato) e Pedro Lino

mensais para ajudar a mitigar o problema da fome decorrente da pandemia e da falta de políticas públicas assistenciais do governo Bolsonaro.

No mês passado, o **Sindicato** doou 31 cestas básicas na Igreja Santa Luzia, em Bauru. As doações serão mantidas pelo menos até março de 2022, quando se encerra o mandato da atual Diretoria.

Os bancários que quiserem colaborar sugerindo entidades às quais destinar as cestas básicas, ou mesmo ajudando a transportar e entregar os alimentos, podem fazê-lo enviando mensagem ao **Sindicato** por e-mail (contato@seebbauru.org.br), WhatsApp (14 99868-4934) ou pelas redes sociais da entidade (site, Facebook e Instagram).

Bradesco é condenado a pagar R\$ 15 milhões por assediar terceirizados

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) negou provimento a um recurso do Bradesco e, assim, manteve uma decisão de primeira instância que condenou o banco a pagar R\$ 15 milhões por danos morais coletivos. O julgamento no TRT-1 — ocorrido em 9 de abril, mas divulgado somente esta semana pelo site Consultor Jurídico — refere-se a uma ação civil pública ajuizada em 2016 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

O caso envolve a Contax, uma empresa terceirizada que causou adoecimento massivo a trabalhadores no RJ, em Recife e em SP, além de ter praticado assédio moral, demissões arbitrárias por justa causa, coação para pedido de demissão, corte de remuneração como mecanismo

de punição, controle do uso do banheiro, entre outros.

Todos esses abusos foram constatados pela Fiscalização do Trabalho, num relatório que abrangeu os anos de 2013 e 2014.

Terceirização ilícita

Além de todos os abusos, o MPT ainda comprovou a prática de terceirização ilícita, já que o Bradesco terceirizou sua atividade-fim e, ao mesmo tempo, exercia total controle sobre as atividades dos empregados da Contax.

Em sua defesa, o banco argumentou que a partir de 2017, com reforma trabalhista (Lei nº 13.467), ficou permitida a terceirização de atividade-fim. No entanto, os casos relatados pelo Ministério Público do Trabalho ocorreram entre 2013 e 2014. Piada!

Caixa irá contratar 4 mil empregados

Serão 3 mil aprovados do concurso de 2014, mil empregados PcD e 6 mil terceirizados e estagiários

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, anunciou no dia 19, em suas redes sociais, a contratação de 4 mil bancários, sendo 3 mil do concurso de 2014 e mil empregados PcD (Pessoa com Deficiência), nos próximos meses.

Além de bancários, a Caixa também irá contratar 800 vigilantes e recepcionistas e 5.200 estagiários. De acordo com o presidente do banco, as contratações são consequência da “forte expansão da Caixa e da abertura de 250 novas agências”. Guimarães também afirmou que agora, a contratação segue para o aval do Ministério da Econo-

mia/Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, já era hora, finalmente, de Pedro Guimarães dar uma boa notícia aos brasileiros. Apesar das novas contratações serem de grande importância para os novos trabalhadores, os empregados que já atuam nas agências e os clientes, o número ainda é pequeno diante da necessidade de mais funcionários em agências de todo o país.

O enxugamento no quadro de funcionários da Caixa vem sendo uma prática constante. As dezenas de bancá-

rios que saíram nos últimos PDV (Programa de Desligamento Voluntário) e não foram substituídos, somadas à reestruturação iniciada no final de 2020 – aplicada sem qualquer negociação com os trabalhadores –, onde diversos setores do banco foram “despejados” e diversos terceirizados foram demitidos, sobrecarregou ainda mais os empregados do banco.

Por isso, a entidade acredita que o número de contratações deve ser bem maior que o anunciado e espera que os novos estagiários que serão contratados não façam serviço bancário, como já é de praxe no banco.



Anúncio de novas contratações foi publicado nas redes sociais do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães

Reforma tributária de Bolsonaro ameaça vales refeição e alimentação

Atualmente, empresas que oferecem os vales refeição e alimentação têm o direito de abater essa despesa do Imposto de Renda (IR) no regime de lucro real. Entretanto, o relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), está propondo acabar com esse benefício fiscal. Para especialistas, se esse ponto for aprovado, as empresas não terão incentivo para continuar oferecendo os vales.

De acordo com o Ministério da Economia, 280 mil empresas oferecem esses vales para parte de seus 22,3 milhões de empregados. Quem não recebe o vale tem o direito de receber a alimentação pronta. Os benefícios fazem parte do Programa de Alimentação do Trabalhador

(PAT), criado em 1976 para reduzir o nível de desnutrição de quem trabalhava com carteira assinada.

A Receita Federal estima que, hoje em dia, deixa de arrecadar R\$ 1,3 bilhão com a isenção fiscal dos vales. Se a proposta for aprovada, o relator prevê que o governo arrecadará R\$ 1,4 bilhão em 2022 e R\$ 1,5 bilhão em 2023.

Tanto o pagamento dos vales refeição e alimentação para os trabalhadores quanto a isenção fiscal para as empresas dependem de previsão em convenção coletiva. Portanto, se o incentivo for eliminado na reforma tributária, os benefícios poderão acabar.

Além do grave prejuízo aos trabalhadores, bares e restaurantes que aceitam pagamentos por meio do vale-

refeição também serão afetados, piorando ainda mais o faturamento que teve alta queda por conta das restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, é inacreditável que o governo Bolsonaro proponha cortar esse incentivo para arrecadar algo em torno de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Valor este que é bem menor do que acaba de ser aprovado pelo Congresso: aumento de 285% do fundo eleitoral, em plena pandemia (veja na página 4).

Diante do achatamento salarial que vive a categoria bancária, os vales refeição e alimentação, que juntos somam mais de mil reais, são benefícios que os bancários não podem perder. É preciso lutar contra mais esse ataque!

Bradesco de Piraju cumpre lei e fornece cadeira de rodas a idosos e deficientes

O Bradesco de Piraju começou a cumprir a lei municipal nº 4.239/2021, que obriga os bancos da cidade a fornecerem ao menos uma cadeira de rodas aos clientes e usuários com deficiência física, idosos e pessoas mobilidade reduzida de caráter permanente ou transitório.

A lei, que tem autoria do vereador Clóvis Braz Júnior e foi publicada no dia 26 de maio deste ano, também determina que “cada agência bancária deverá afixar placas ou cartazes nas suas dependências internas indicando o local em que as cadeiras serão retiradas e devolvidas”.

Os bancos terão 90 dias, após a publicação da lei, para se adequarem às exigências. Caso não cumpram com o determinado, receberão multa



diária de 50 UFESP.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** parabeniza a iniciativa do autor da lei, vereador Clóvis Braz Júnior.

Muitos clientes já tiveram que ser carregados por falta de cadeira de rodas nas agências bancárias. Por isso, é fundamental que todos os bancos passem a cumprir a determinação o quanto antes, afinal, as pessoas que necessitam de cadeira de rodas para se locomover não podem continuar sendo prejudicadas e discriminadas.

Inclusão, já!

Sindicato volta às ruas por impeachment de Bolsonaro

No último sábado (24), o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** participou de mais um protesto contra o governo Bolsonaro. Esta foi a quarta manifestação realizada nos últimos 60 dias pedindo “Fora Bolsonaro”; em defesa do auxílio emergencial de R\$600 e da vacinação para todos; e contra o desemprego e a carestia.

Diretores da entidade participaram da manifestação em Bauru e em Piraju (veja foto ao lado). Povos indígenas também participaram da manifestação.

Desde o início da CPI da Covid no Senado, as ações corruptas e omissões do governo Bolsonaro na pandemia de coronavírus estão cada vez mais comprovadas. No momento, as principais denúncias investigadas pela comissão são as irregularidades (como superfaturamento) em torno da compra da vacina Covaxin, o conhecimento de Bolsonaro sobre o caso, e o pedido de propina de US\$ 1 por dose em



Fernanda Domingues e Marcelo Negrão, diretores do Sindicato, participaram do protesto em Piraju

negociação para aquisição da vacina AstraZeneca.

Apesar de Bolsonaro tentar abafar as suspeitas de corrupção, a investigação segue progredindo e teve seu prazo prorrogado por 90 dias, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no dia 14. Com isso, a CPI poderá atuar até o mês de novembro.

Em queda

O discurso anticorrupção que ajudou a eleger Bolsonaro já não convence mais a

maioria dos brasileiros.

De acordo com estudo do Datafolha, 70% da população acredita que o governo é corrupto. A pesquisa também aponta que a maioria dos entrevistados acha que há corrupção nos contratos do Ministério da Saúde.

Para o **Sindicato**, não há dúvidas quanto a incapacidade de Bolsonaro em governar o Brasil e às suas práticas desonestas. Por isso, a luta pelo seu impeachment tem que se fortalecer ainda mais!

Congresso aprova aumento de 285% no ‘fundão eleitoral’ que salta para R\$ 5,7 bi

O Congresso Nacional aprovou no dia 15 o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as prioridades e metas para os gastos do governo para 2022.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado por 278 votos a favor, 145 contra e uma abstenção. No Senado, foram 40 votos favoráveis e 33 contrários.

Como 2022 é ano de eleições gerais, os congressistas aprovaram um brutal aumento nas verbas destinadas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC): de R\$ 2 bilhões, o montante passou para R\$ 5,7 bilhões!

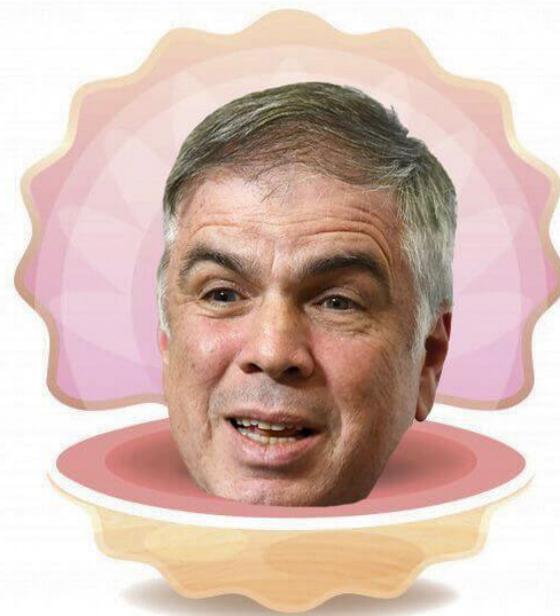
Mirando o eleitorado de 2022, Bolsonaro afirmou que deve vetar o montante.

Para o **Sindicato**, esse aumento absurdo, aprovado

pela base ligada a Bolsonaro, tem que ser vetado! É inaceitável que bilhões sejam destinados à campanhas, enquanto milhões de brasileiros sofrem com as consequências da crise sanitária e econômica que o país está passando. A população precisa de comida, saúde, vacina, auxílio emergencial digno, educação e emprego. Chega de farra com dinheiro público!

PÉROLA

“Taxar fortunas reduz desigualdade, mas empobrece ricos”, afirma o empresário Flavio Rocha, dono da rede de lojas Riachuelo.



Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Flavio Rocha afirmou que a tributação de grandes fortunas – assunto que está há 33 anos na gaveta do Congresso e agora volta à tona por conta do aumento da desigualdade durante a pandemia de coronavírus – achataria a pirâmide social.

“Nós queremos lutar contra a desigualdade ou contra a pobreza? Esse imposto consegue reduzir a desigualdade, mas pela via não inteligente: expulsando ou empobrecendo os ricos. O que se quer é enriquecer os pobres. Esse é um imposto que diminui a desigualdade, mas achatando a pirâmide, ou seja, empobrecendo os ricos”, declara o empresário. Rocha também declarou que está parcialmente satisfeito com a nova proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro, mas que há pontos que ainda precisam avançar, como a desoneração da folha de salário.

Para o **Sindicato**, a “pérola” de Flavio, bolsontarista declarado, não surpreende, mas revolta. Mesmo que estejam no topo da pirâmide social, dificilmente grandes empresários e banqueiros irão enxergar aqueles que estão em níveis abaixo de sua posição, passando fome, sem moradia, sem emprego, sem dignidade humana. A soberba, a ganância, a falta de empatia e o preconceito os cegam. Apesar do abismo da desigualdade ser cada vez mais profundo, os ultra-ricos continuam pagando muito menos impostos e faturando bilhões durante a crise sanitária e econômica. O **Sindicato** acredita que enquanto Bolsonaro estiver no poder, essa situação não mudará, pois o governo está constantemente a serviço dos ricos. Inaceitável!

BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Bauru e Região
www.seebbauru.org.br
contato@seebbauru.org.br

Edição: Diretoria do Sindicato. **Redação e Diagramação:** Diego Teixeira e Estela Pinheiro (com Diretoria do Sindicato).
Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.

Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114.

Subsede Piraju: Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6. Fone: (14) 99838-1160.

@seebbauru

sindicatobancariosbauru

@bancariosbauru

sindicatobancariosbauru